



**Ofensiva neoliberal nas áreas de Reforma Agrária:
um diálogo com os(as) educadores(as) do Colégio Estadual do Campo
Iraci Salete Strozak em Rio Bonito do Iguaçu-PR**

**Ofensiva neoliberal en las áreas de Reforma Agraria:
un diálogo con los/las educadores/as del Colegio Estatal Rural Iraci
Salete Strozak en Rio Bonito do Iguaçu-PR**

Camila Campos de Lara Jakimiu ¹ 

Jorge Ramón Montenegro Gómez ² 

Resumo

O objetivo do artigo é evidenciar o processo de ofensiva neoliberal nas áreas de Reforma Agrária a partir do diálogo com os(as) educadores(as) do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, localizado no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu-PR. Metodologicamente, adota os moldes da pesquisa teórico-bibliográfica de cunho qualitativo, sendo a área de abrangência a área da Geografia Agrária, com investigação à campo no colégio citado. Do estudo realizado foi possível constatar que a ofensiva neoliberal nas áreas de Reforma Agrária se manifesta a partir dos seguintes elementos: perda da identidade Sem Terra, organização territorial em moldes neoliberais, desmonte das políticas públicas das áreas de Reforma Agrária, precarização do trabalho, meritocracia e conservadorismo. No entanto, há o reconhecimento crítico por parte dos(as) educadores(as) bem como dos coletivos que constituem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em relação à conjuntura que atravessam, os quais vêm buscando enfrentar esta realidade que apresenta questões que complexificam o entendimento sobre o neoliberalismo neste tempo histórico-geográfico, isto é, enquanto um neoliberalismo contemporâneo impregnado pelo conservadorismo que o retroalimenta. Logo, demarca-se a importância de compreensão coletiva para superar a ofensiva neoliberal nos territórios de Reforma Agrária.

Palavras-chave: áreas de Reforma Agrária; assentamento; acampamento; conservadorismo; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná, Brasil.

E-mail: camila.jakimiu@yahoo.com

² Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Presidente Prudente. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: jorgemon@ufpr.br

Resumen

El objetivo de este artículo es destacar el proceso de ofensiva neoliberal en las áreas de Reforma Agraria a través del diálogo con educadores de la Escuela Rural Estatal Iraci Salete Strozak, ubicada en el Asentamiento Marcos Freire en Rio Bonito do Iguaçu-PR. Metodológicamente, adopta el modelo de investigación teórico-bibliográfica cualitativa, con el área de alcance siendo la Geografía Agraria, con investigación de campo en la escuela mencionada. El estudio reveló que la ofensiva neoliberal en las áreas de reforma agraria se manifiesta a través de los siguientes elementos: pérdida de la identidad de los Sin Tierra, organización territorial en moldes neoliberales, desmantelamiento de las políticas públicas en las áreas de Reforma Agraria, trabajo precario, meritocracia y conservadurismo. Sin embargo, existe un reconocimiento crítico por parte de los educadores, así como de los colectivos que conforman el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), respecto a la situación actual, ya que han buscado confrontar esta realidad que presenta problemas que dificultan la comprensión del neoliberalismo en este período histórico-geográfico, es decir, como un neoliberalismo contemporáneo permeado por el conservadurismo que lo retroalimenta. Por lo tanto, se destaca la importancia de la comprensión colectiva para superar la ofensiva neoliberal en los territorios de la Reforma Agraria.

Palabras-clave: áreas de Reforma Agraria; asentamiento; campamento; conservadurismo; Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).

Introdução

A ofensiva neoliberal possui uma força performativa³, isto é, ele não atua apenas como coerção comportamental, regulando ideais, mas, molda desejos, “recodifica identidades, valores e modos de vida por meio dos quais os sujeitos realmente modificam a si próprios, e não apenas o que eles representam de si próprios” (Safatle; Silva Júnior; Dunker, 2018, p. 7).

Neste sentido, o objetivo do artigo é evidenciar o processo de ofensiva neoliberal nas áreas de Reforma Agrária a partir do diálogo com os(as) educadores(as) do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, localizado no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu-PR.

O Colégio oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação Profissional e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Localiza-se no Assentamento Marcos

³ A performatividade é “um mecanismo chave de gestão neoliberal, uma forma de governo discreto que usa comparações e juízos ao invés de intervenções e direcionamentos” (Ball, 2016, p. 31).

Freire, Comunidade Centro Novo, no município de Rio Bonito do Iguaçu, pertencente ao território de Cantuquiriguaçu no Centro-Oeste do Estado do Paraná, vinculado ao Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, região Sul do Brasil (Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, 2022).

O Assentamento Marcos Freire resulta da ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 17 de abril de 1996, quando aproximadamente 12 mil pessoas ocuparam parte do extenso latifúndio junto a uma das barragens do Rio Iguaçu, a Usina Hidrelétrica de Salto Santiago. O Assentamento está dividido em treze comunidades, sendo elas: Paraíso, Campos Verdes, Quatro Encruzo, Alto Alegre, Centro Novo, Camargo Filho, Santa Luzia, Aliança, Apra, Cristo Rei, Nova 56 Aliança, Água Morna e Alto Água Morna. Tais comunidades estão distantes da área urbana do município e possuem acesso mais facilitado ao município limítrofe de Saudade do Iguaçu. No entanto, todo o relacionamento político, econômico e social dos assentados se dá em Rio Bonito do Iguaçu (Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, 2022).

O Colégio foi escolhido para o trabalho de campo por estar localizado em um dos maiores Assentamentos da América Latina e por ser Escola-Base⁴ das Escolas Itinerantes desde o ano de 2004⁵, constituindo-se referência regional da Educação do Campo no estado do Paraná.

Isto porque foi o primeiro Colégio do estado a experimentar a teoria pedagógica dos Complexos de Estudo, construída coletivamente entre o Setor de Educação do MST e trabalhadores da educação especialistas em currículo de diversas Universidades Estaduais e Federais (Leite, 2017).

A proposta por Complexos tem como elementos centrais o enfoque marxista, o ensino pelo e para o trabalho, a ligação com a atualidade e a auto-organização dos(as) estudantes. Logo, a proposta tem como base filosófica e pedagógica o materialismo histórico-dialético e busca oportunizar aos educandos(as) se apropriarem desta concepção

⁴ A Escola-Base do estado é aquela que oferece todo o suporte legal (documentação escolar, recebimento e distribuição das verbas) e pedagógico para as Escolas-Itinerantes, isto é, àquelas vinculadas a rede estadual do ensino que são parte orgânica do acampamento e integram-se à sua luta (MST, 2021).

⁵ De acordo com o a Resolução 614 de 17 de fevereiro de 2004: “Art. 1º Autorizar a Implantação da Escola Itinerante nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que terá como mantenedor o Governo do Estado do Paraná e como Escola Base o Colégio Estadual Iraci Salete Strozak” (Paraná, 2004, n.p.).

de mundo a partir da incorporação deste método de conhecimento focado na investigação do trabalho humano em suas relações com a totalidade social (Sapelli, 2017; Leite, 2017).

Trata-se, portanto, de um colégio com raízes na Educação do/no Campo, cujo território possui um projeto educativo que se “constitui no bojo da luta de classes, intimamente vinculada ao projeto societário em construção pelos Movimentos Sociais Populares do Campo em articulação com as organizações de trabalhadores da cidade” (Leite, 2023, p. 231).

Neste sentido, a Educação do Campo é entendida não apenas como modalidade de ensino, mas, como projeto educativo que defende e valoriza a vida, fruto das lutas sociais pelo direito à terra, ao trabalho, à educação, à soberania alimentar, diante de um modelo de campo que têm negado aos povos as condições de produção e de reprodução da existência humana (Caldart, 2004).

No que diz respeito a estrutura organizativa do artigo, divide-se em duas seções, na primeira busca-se retratar a compreensão acerca do neoliberalismo contemporâneo, embasado no referencial teórico supracitado, que traz uma abordagem sobre razão neoliberal e conservadorismo que produzem uma subjetividade competitiva. E na segunda seção busca-se evidenciar a ofensiva neoliberal nas áreas de Reforma Agrária a partir do diálogo com os(as) educadores(as) do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, localizado no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu-PR.

Do estudo realizado foi possível constatar que a ofensiva neoliberal nas áreas de reforma agrária se manifesta a partir dos seguintes elementos: perda da identidade Sem Terra, organização territorial em moldes neoliberais, desmonte das políticas públicas das áreas de Reforma Agrária, precarização do trabalho, meritocracia e conservadorismo.

No entanto, há o reconhecimento crítico por parte dos(as) educadores(as) bem como dos coletivos que constituem o MST em relação à conjuntura que atravessam, os quais vêm buscando enfrentar esta realidade que apresenta questões que complexificam o entendimento sobre o neoliberalismo neste tempo histórico-geográfico, isto é, enquanto um neoliberalismo contemporâneo atravessado pelo conservadorismo que o retroalimenta. Logo, demarca-se a importância de compreensão coletiva para superar a ofensiva neoliberal nos territórios de Reforma Agrária.

Metodologia

Metodologicamente, adota os moldes da pesquisa teórico-bibliográfica de cunho qualitativo, sendo a área de abrangência a área da Geografia Agrária, com investigação à campo no colégio Iraci Salete Strozak, localizado no Assentamento Marcos Freire em Rio Bonito do Iguaçu-PR.

Durante o período de permanência na escola, foi realizada uma oficina com os(as) educadores(as) que estavam em trabalho no referido dia letivo e lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, totalizando 12 pessoas entre educadores(as) com vínculo do Quadro próprio do magistério (QPM) e Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Na oficina buscou-se conhecer e compreender a perspectiva dos educadores(as) em relação a uma questão: Como o modo de vida neoliberal se manifesta nas áreas de Reforma Agrária?

Foi utilizado cartaz de papel *Kraft* com frases que tinham relação direta com a concepção do neoliberalismo como modo de vida: “O capitalismo se apropria da vida”; “Subjetividades capturadas”; “Sucateamento das existências”; “A gestão neoliberal da incerteza e a brutalidade da competição”; “Captura da potência revolucionária” e, “Mediação dos afetos e das percepções”.

Primeiramente, cada educador(a) escolheu uma das frases que estava em cima do papel *Kraft* para fazer uma leitura coletiva. Em seguida, foi questionado como tais processos se materializavam na Escola e no Assentamento. Após o diálogo inicial, os(as) educadores(as) foram escrevendo suas concepções livremente e, posteriormente, foi discutido como o modo de vida neoliberal atravessava a vida no campo em múltiplas dimensões (Figura 1).

Durante a oficina foi utilizado o registro fotográfico, o qual apresenta “o cenário no qual as atividades diárias, os atores sociais e o contexto sociocultural são articulados e vividos” (Bittencourt, 1998, p. 199).

Importa ressaltar que a oficina não foi gravada, pois o objetivo era que a partir do diálogo coletivo, o documento de análise dos dados fosse o cartaz preenchido pelos(as) educadores(as). No entanto, após o fim da oficina, dois(as) educadores(as) se disponibilizaram a aprofundar o diálogo, o que ocorreu no formato de escuta ativa, isto é, sem roteiro de entrevista semiestruturada, mas, como uma continuidade da discussão

realizada coletivamente na oficina. Este momento foi gravado e posteriormente transcrito e enviado para a apreciação e aprovação do(a) educador(a).

Figura 1 - Neoliberalismo como modo de vida



Fonte: Acervo próprio (2025).

Prezando pela confidencialidade, os relatos dos(as) educadores(as) foram denominados no presente trabalho com nomes de flores (Lírio, Violeta). Esta técnica foi adotada para não promover a exposição das pessoas a partir da associação dos relatos que elas concederam.

Posteriormente ocorreu a análise temática de conteúdo (Minayo, 2007), que consiste em etapas pré-análise, exploração do material e tratamento/interpretação dos resultados. Logo, dividiu-se em quatro etapas: a primeira foi a leitura flutuante cuidadosa dos dados, isto é, dos termos escritos pelos(as) educadores(as), sendo este o primeiro contato amplo com o material produzido; A segunda etapa foi a identificação de padrões a partir de palavras, expressões ou trechos com sentido relevante (uso dos agrotóxicos, homogeneização da paisagem, etc.); A terceira etapa foi a organização/agrupamento de termos por semelhança de sentido, com a criação de categorias (perda da identidade Sem Terra, precarização do trabalho, etc.), etapa que revela que as categorias geralmente emergem do próprio material e que o conhecimento é construído a partir dos dados. Por fim, a quarta etapa foi a interpretação dos significados relacionando os resultados com o referencial teórico.

Neoliberalismo contemporâneo: razão neoliberal e conservadorismo

É possível afirmar sobre a existência concreta de uma razão neoliberal (Gago, 2014), forjada no capitalismo como modo de vida e responsável por produzir a crise civilizatória que atravessamos (Aráoz, 2015).

A razão neoliberal produz um certo tipo de modo de vida e de relações sociais, formas específicas de compreensão de mundo e de imaginário social, constituindo uma subjetividade neoliberal. Esta é fundada na lógica do mercado que se torna a lógica normativa generalizada, transformando a mentalidade das pessoas que passam a conceberem a si próprias como uma empresa, logo, empreendedoras de si mesmas (Díez-Gutiérrez, 2015).

Para Dardot e Laval (2016, p. 17) o neoliberalismo é “um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”. Trata-se do “desenvolvimento da lógica de mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (p. 34). A empresa é promovida a modelo de subjetivação, onde cada indivíduo sendo uma empresa deve “se gerir”, estabelecendo os principais referentes deste novo sujeito social, o “homem neoliberal, empresário de si mesmo” que “caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa” (p. 326).

A razão neoliberal “produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades” definindo, portanto, formas de existência, formas de comportamentos e formas de relacionamentos com os outros e consigo mesmo (Dardot; Laval, 2016, p. 16).

Para Brown (2017, p. 36) esta razão neoliberal transforma cada domínio e esforço humano de acordo com a economia, onde todas as esferas da existência são moldadas e medidas por termos econômicos, configurando “os seres humanos exaustivamente como atores de mercado” e os transformando em “capital humano para fortalecer seu posicionamento competitivo” (p. 41).

Além disso, estrutura-se sob os princípios da tradição e da liberdade, a partir do fortalecimento do conservadorismo, atacando as práticas, as culturas, os sujeitos e a democracia, logo, não se restringe à esfera da economia e da política, porque engloba todas as esferas da vida social, logo, trata-se de “um modo específico de racionalidade, quanto uma produção de sujeitos, uma condução de condutas” (Brown, 2018, p. 13).

Este conservadorismo é percebido com a ascensão dos movimentos de extrema-direita no Brasil:

Nos últimos anos, as alianças entre ideólogos, políticos e economistas neoliberais com fundamentalistas cristãos ganharam terreno, tendência que tem permitido o ataque aos princípios democráticos da igualdade, inclusão e não discriminação. Avança a ideia de que em nome das liberdades individuais seria permitido discriminar pessoas LGBTQIA+; praticar a intolerância religiosa, principalmente com relação à vertente afrodescendente; praticar a evangelização dentro de sala de aula e a militância contra o direito ao aborto. Qualquer agente que se oponha a esse retrocesso corre o risco de ser hostilizado, pois tido como ameaça aos valores da família tradicional (Santos, Souza, 2023, p. 42).

Contribuindo com esta discussão, Andrade, Côrtes e Almeida (2021, p. 10) ressaltam que o neoliberalismo contemporâneo se apoia no conservadorismo quando “estende” a liberdade econômica “à liberdade de se valer de formas históricas de preconceito e discriminação como estratégias de competição”. Trata-se de uma abertura do discurso de ódio contra as minorias, tratando estas como inimigas e fortalecendo a noção conservadora de povo que deve abrir mão de toda e qualquer reivindicação política restringindo-se à sua individualidade consumidora/empreendedora.

Constitui-se, assim, uma subjetividade competitiva e uma cultura empreendedora que reduzem a existência quase que exclusivamente à esfera privada, em que todas as respostas devem ser buscadas no âmbito individual, familiar e empresarial. A cultura e a subjetivação neoliberais também se hibridizam com outras culturas, práticas e visões de mundo locais, com arranjos populares singulares que podem incluir, por exemplo, concepções religiosas (Andrade; Côrtes; Almeida, 2021, p. 3).

A partir de “uma mobilização afetiva no interior do mundo do trabalho que levou à fusão progressiva dos repertórios do mercado com as linguagens do eu” (Safatle, 2016, p. 140), se estabelece um neoliberalismo contemporâneo que ultrapassa o campo econômico e atinge o regime de gestão social e produção de formas de vida (Safatle, 2016), interferindo diretamente na “gestão política da vida” (Grinberg, 2017), e, tornando-se “norma de vida” que molda a “forma social da nossa existência” (Dardot; Laval, 2016, p. 5).

Neste sentido, importa compreender como esse processo se materializa em territórios de Reforma Agrária, a partir de relações contraditórias do real concreto que se manifestam nos processos de lapidação das subjetividades e produção de consensos forçados, transformando a forma de organização dos territórios, a relação entre os(as) sujeitos(as) e o próprio projeto formativo historicamente acumulado.

Ofensiva neoliberal nas áreas de Reforma Agrária

O primeiro elemento apontado pelos(as) educadores(as) diz respeito à *perda da identidade Sem Terra*. Se expressa em situações em que há vergonha de pertencer ao Movimento, na resistência ao cantar o hino do Movimento, de fazer mística na escola e na recusa de usar os símbolos do Movimento, como camisetas e bonés. Além disso, é acentuada pela desconexão e pertença com o próprio campo.

A mística é um momento coletivo de formação e de resistência de onde reverberam simbologias, memórias e histórias dos(as) sujeitos(as) que fazem parte do Movimento Sem Terra (MST). Se realiza na coletividade a partir do uso de diversos recursos: teatro, músicas, hinos, poesias, faixas, cartazes, fotografias, camisetas, alimentos, bandeiras, vestimentas do movimento (camisetas, bonés), porções de terra e ferramentas de trabalho (foices, enxadas e pás)” (Jakimiu, 2025, p. 111).

Essa mesma realidade é identificada também pelo(a) educador(a) Lírio. Durante a entrevista, relata que muitos(as) alunos(as) têm:

...vergonha de falar sobre o Movimento, de falar que eles são Sem Terra, de admitir que eles são Sem Terra, de admitir que aqui é um Assentamento [...] eles até fazem a mística aqui dentro da escola, tem essa coisa bonita, mas eles fazem muitas vezes porque são obrigados, mas eles não têm essa identidade Sem Terra. O que eu vejo é que eles têm vergonha disso [...] aí eu falei “a gente mora num Assentamento, quem mora aqui tem que ter consciência de classe, a gente é pobre, todo mundo é pobre aqui dentro (Lírio, 2025, grifo nosso).

Para Gondim e Jucá (2023, p. 12) o neoliberalismo tem produzido modos de viver que apelam à identidade por meio de promessas individualizantes de reconhecimento com o objetivo de enclausurar o sujeito. As autoras ressaltam que em outros períodos históricos o sistema buscava invisibilizar os movimentos sociais e na atualidade objetiva cooptar para neutralizar, por meio de uma reinserção na lógica neoliberal individualizante e da manutenção das relações de rivalidade entre grupos, incentivada pela lógica da não-dialogicidade, “obstruindo as possibilidades de agrupamentos que se dedicam a criar sociabilidades que desafiam a lógica colonial-moderna”.

Logo, a perda da identidade Sem Terra enfraquece o Movimento de qual são parte, evidenciando uma tentativa de destruição da coletividade no âmbito do MST, um movimento insurgente que fomenta resistência ativa.

No entendimento do Movimento Sem Terra (MST, 2025, p. 123) o neoliberalismo atinge “um valor precioso que é o senso de totalidade e de coletividade. Temos o desafio

de enfrentar o desmantelamento de espaços de organização coletiva da classe e o individualismo que se instaurou”.

O segundo elemento apontado pelos(as) educadores(as) diz respeito à *organização territorial em moldes neoliberais*, materializada a partir de arrendamentos, do uso de agrotóxicos e transgênicos, da individualização dos lotes de reforma agrária, da monocultura e homogeneização da paisagem, do avanço do modelo do agronegócio e da perda de espaço da agroecologia.

O(a) Assentado(a) arrenda a terra para outro(a) trabalhar e, por vezes, a pessoa não tem nenhuma relação com o Assentamento e a comunidade, tampouco como o movimento social que lutou pela regularização fundiária. Outro ponto levantado pelos(as) educadores(as) é quando nem os próprios(as) Assentados(as) são da comunidade e pertencentes ao MST, dizendo-se serem “compradores(as)” daquela terra e não “Assentados(as)”, o que implica o aumento da individualização de lotes face à coletividade e solidariedade inerente aos territórios de Reforma Agrária.

O(a) educador(a) Lírio compartilha do mesmo atravessamento, relatando que os(as) educandos(as) alegam a dificuldade de trabalhar de forma agroecológica:

Eu estava trabalhando com eles agroecologia e transgênicos e um aluno falou “*mas professora é difícil pra gente trabalhar de forma agroecológica no lote, porque a maioria dos nossos vizinhos plantam com veneno, plantam com semente transgênica*” e aí a gente conversou o quanto é difícil você achar uma semente que não seja transgênica quando você vai comprar, a maioria das sementes já vem modificada. (Lírio, 2025, grifo nosso).

Violeta (2025) destaca sua preocupação com a apropriação do agronegócio nas vivências formativas. O(a) educador(a) relata que no Dia do Agricultor(a) a escola fez uma feira de mudas para incentivar o plantio de árvores nos lotes, mas que os(as) educandos(as) insistiram em fazer uma “exposição de tratores”:

...falaram com a diretora e ela aceitou e disse ‘eu acho que eles querem apresentar a tecnologia no campo’ e nós ‘não é isso não’, porque a tecnologia dentro da agroecologia ela não é um tratorzão, ela pode ser trator, pode, mas é outro tamanho, outra função né? Sei que nesse dia vieram dois tratores [...] então foi uma manifestação vinda dos meninos que a gente sabe que são do partido do Bolsonaro que trouxeram os tratores com a bandeirinha do Brasil, um deles veio com a camiseta do agro que tem a soja, então a gente confirmou que a intenção deles era essa, fazer a disputa com o que a escola tem de proposta. Isso a gente tem sentido dos nossos estudantes, inclusive essa organização deles pra fazer a disputa (Violeta, 2025, n.p.).

Na mesma direção, o(a) educador(a) Lírío destaca que o ideário do empreendedorismo está materializado nas áreas de reforma agrária através do agronegócio, onde alguns educandos(as) fazem menções positivas a este modelo, dizem que são empreendedores do campo e consomem diariamente músicas que fazem referência ao agro. Além disso, se “vangloriam” que os pais tem *hilux* (modelo de camionete) e maquinário (tratores) nos seus lotes. Lírío ressalta que sempre fala para os(as) estudantes(as): “*a pessoa planta 3 ou 4 alqueires e vai dizer que é do agro?*” (Lírío, 2025, n.p.).

Um elemento importante nessa transformação é o bombardeio midiático, a influência, por exemplo, do agronejo, um subgênero do sertanejo que faz a exaltação do agronegócio e reflete a “criação de uma estética que retoma símbolos do homem do campo e adapta temáticas sensuais e de empoderamento contidas nos ritmos urbanos para o cenário rural”. Os expoentes mais jovens do agronejo, estão imersos no mundo das redes sociais e “trazem em sua estética vestuários tradicionais das fazendas, como o chapéu, cinto e bota, ao mesmo tempo em que apresentam uma nova geração do campo, um novo estilo de vida agro” (Rangel, 2024, p. 28).

Para Rangel (2024, p. 24), “se antes, o sertanejo cantava sobre deixar a mãe à porta, na vida pacata, e seguir para cidade em busca de novas oportunidades, hoje, o gênero explora a vida agitada e abundante no campo”. Além disso, o autor aponta que “a Hilux, assim como a Dodge Ram e outros modelos de pickup 4x4, são comumente mencionados em músicas sertanejas como símbolos de ostentação dos empresários do agronegócio”.

Silva (2024, p. 113) ressalta que a música é um dos principais veículos de propaganda do setor do agronegócio na cultura de massas nacional, responsável pela forte produção “de uma identidade territorial Agro que busca se tornar hegemônica no Brasil, e que opera como uma nova forma de interpretar a formação territorial brasileira através de um revisionismo histórico do papel do agronegócio no país”. Isto é, enquanto uma suposta prática salvadora que une campo e cidade, gera riqueza e empregos. No entanto, as músicas “escondem o papel que o agronegócio possui sobre a crise ambiental, grilagem de terra e a violência contra as populações do campo e povos tradicionais”.

Neste sentido, “o agronegócio busca cada vez mais ganhar a cara da modernidade e não mais da bota suja dos velhos latifundiários, lançando mão de múltiplas táticas no campo da comunicação e da cultura” (Chã, 2018, p. 70).

Compreende-se que a defesa de um modelo que os expropria se relaciona ao fato de que o agronegócio utiliza um “poderoso arsenal ideológico, dispondo de uma ampla estratégia de propaganda, (comerciais de TV, músicas, projetos artísticos, culturais e educacionais), que age no senso comum das pessoas”, apresentando o agronegócio como modelo promissor que carrega a economia brasileira nas costas e promove desenvolvimento, ocultando os impactos perversos com o objetivo de produzir consenso na sociedade (MST, 2025, p. 14).

De acordo com Leite (2023, p. 229) trata-se da Pedagogia do Agronegócio, isto é, um “complexo e abrangente processo organizativo-político-econômico-pedagógico de atuação dos aparelhos privados de hegemonia do agronegócio” tais como empresas, bancada ruralista, mídia empresarial e rural, que buscam constituir um consentimento da população em prol dos interesses políticos e econômicos do agronegócio e fomentar um consenso na sociedade para consolidar a hegemonia do setor, a partir da valorização da imagem do agronegócio e internalização das contradições de classe.

Como consequência, ocorre a perda da centralidade da agroecologia⁶, isto é, de um modelo cuja matriz produtiva é de valorização dos conhecimentos tradicionais e práticas culturais e sociais que alimentam o cuidado, o afeto, a solidariedade e a coletividade entre os povos, respeitando seus modos de viver e de existir (MST, 2025).

O(a) educador(a) Violeta (2025) também compartilha que em sua realidade os(as) educandos(as) estão num contexto em que o agronegócio é hegemônico e as experiências de agroecologia são muito pequenas e isoladas, logo, ao tratar do tema precisa desconstruir e reafirmar: “*ok gente, alguns de vocês podem até plantar soja, podem até ter um trator, mas isso não é nosso, isso é o que nos explora*”:

...parece que eles vivem em um mundo paralelo que não é o deles, então é muito difícil você expor esse conflito, essa contradição pra que eles compreendam que não é porque é chatice da nossa parte ou porque a escola tem uma ideologia, mas porque a gente quer mostrar a realidade a partir das contradições (Violeta, 2025, n.p.).

⁶ A agroecologia incorpora “princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura” (Leff, 2002, p. 42).

O terceiro elemento apontado pelos(as) educadores(as) diz respeito ao *desmonte*⁷ das políticas públicas das áreas de Reforma Agrária, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Além disso, os(as) educadores(as) pontuaram sobre a perda do poder de compra e a falta de recursos destinados às áreas de Reforma Agrária, o que leva alguns Assentados a “comprar mudas e alface no mercado”.

Esse movimento, portanto, se soma à “dinâmicas de fragilização, desativação ou mesmo supressão de instrumentos de políticas públicas”, consequência de mudança política e institucional que causam a “substituição de programas e ações de políticas públicas previamente existentes, em áreas diversas como saúde, meio ambiente, cultura, assistência social, entre outras” (Leite *et al.*, 2023, p. 386).

Hess *et al.* (2024) apontam que o mais recente e profundo ataque ao marco regulatório às políticas públicas do campo foi a aprovação em 28 de novembro de 2023 do PL nº 6.299/02, denominado “PL do Veneno”, promovido pela Bancada Ruralista em acordo com segmentos do Governo Federal, apresentado pelo Senador Blairo Maggi, ex-ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e ex-governador do Mato Grosso.

Leite *et al.* (2023) ressaltam que com a Emenda Constitucional 95 (popularmente conhecida como PEC do Teto de Gastos) ocorreu um quadro restritivo permanente para a continuidade de diversas políticas públicas, incluindo às dedicadas a agricultura familiar, havendo uma redução drástica de recursos que já haviam sido direcionados para ela, impactando a execução de muitos programas desde 2016. Estes recortes que se intensificaram em 2017, aprofundaram-se em 2018 com a eleição de Bolsonaro, com o desmonte das instituições participativas dos movimentos sociais da agricultura familiar para a construção das políticas públicas. Ao mesmo tempo, ocorreu a legitimação das instituições participativas ligadas ao agronegócio, como do Conselho do Agronegócio (Consagro) e do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), espaços compostos pela elite agrária.

⁷ Desmonte significa uma “redução, decréscimo, diminuição ou completa remoção dos arranjos de política existentes, envolvendo, portanto, padrões específicos de transformação política e institucional” (Leite *et al.*, 2023, p. 389).

No que diz respeito ao PAA, o governo Bolsonaro implementou a Medida Provisória n. 1.061/2021 que foi convertida na Lei n. 14.284/2021, a qual substituiu o programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e criou o Programa Alimenta Brasil no lugar do PAA, materializando o “desmonte de um programa e a subsequente criação de outro reconfigurando instrumentos anteriores, dissimulando os importantes efeitos da extinção do PAA”.

A lei traz alterações expressivas, como a necessidade de nova regulamentação para todos os instrumentos do programa Alimenta Brasil (ficando vulnerável às dinâmicas políticas do momento), a vinculação do Auxílio Inclusão Produtiva Rural ao programa e a extinção da modalidade PAA Sementes, mantida a compra de sementes e mudas no PAA como uma modalidade de compra institucional. (Leite *et al.*, 2023, p. 405).

Em março de 2023, o presidente eleito Lula relançou o PAA como “peça chave para combater a fome e a desnutrição no país”, retomando a participação da sociedade civil em sua gestão a partir do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) e do Comitê de Assessoramento do GGPAA. O novo PAA prioriza mulheres, negros, indígenas, quilombolas e assentados da Reforma Agrária. No seu relançamento foi reinstalado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e criado o Programa de Organização Produtiva e Econômica de Mulheres Rurais. (Decreto n. 11.452, de 22 de março de 2023) (Brasil, 2023).

Tratando-se do PNAE, o governo Bolsonaro instituiu o Decreto nº 9.759/2019 que extinguiu e estabeleceu diretrizes para colegiados da administração pública federal, alterando a rede de atores do PNAE e restringindo os processos participativos de construção, realização e controle social do Programa. Além disso, buscando reduzir custos, foi decidido “investir menos na compra de alimentos da agricultura familiar”, a partir da redução do preço de referência para compra, desconsiderando o impacto da cadeia de comercialização. (Rodrigues; Daroit; Cruz, 2024, p. 143).

Hage *et al.* (2022, p. 199) apontam que durante a pandemia de covid-19 o governo Bolsonaro suspendeu o repasse dos valores previstos no orçamento do programa e muitos estudantes ficaram sem alimentos. Algumas escolas passaram a receber cestas básicas e entrega de vales às famílias para a compra de alimentos, comprometendo a qualidade nutricional “uma vez que os estudantes passaram a ingerir alimentos ultraprocessados, em razão dos preços mais acessíveis”. Os autores ressaltam que o governo não realizou

“o esforço necessário para ampliar o orçamento de modo a garantir a alimentação dos alunos, de maneira sistemática, nos estados e municípios”.

Todos esses ataques às políticas públicas que estruturam as agriculturas camponesa e familiar acabam enfraquecendo a organização dos Assentamentos através de associações ou cooperativas de produção e comercialização, reconfigurando os processos para priorizar a individualização do(a) assentado(a), a “segurança” de produzir *commodities* que supostamente sempre tem mercado, assistência técnica e facilidade de produção, concepções disseminadas pela “Pedagogia do Agronegócio” (Leite, 2023).

Em fevereiro de 2025, o Governo Lula durante o 6º PNAE, promovido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), reforçou a regulamentação para a aquisição de alimentos com recursos do PNAE, “por meio da agricultura familiar, com prioridade para assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas e grupos formais e informais de mulheres” (Brasil, 2025, n.p). Políticas que demoram certo tempo para voltar a organizar o que foi desorganizado e que investe recursos abaixo das necessidades desses grupos.

Buscando enfrentar essa realidade, o MST ressalta a importância de lutar por política pública e ter a participação ativa das populações do campo em sua formulação, garantindo recursos suficientes para fomento e investimento de novos programas nas áreas de Reforma Agrária e fortalecendo programas que já existem como o PAA, o PNAE e as cozinhas solidárias⁸ (MST, 2025).

O quarto elemento apontado pelos(as) educadores(as) diz respeito à *precarização do trabalho*, materializada, por exemplo, quando estudantes têm que vender a sua força de trabalho em um frigorífico próximo ao Assentamento.

Para Heck *et al.* (2020) as unidades de frigorífico são territórios da degradação do trabalho pois ocorre a busca incessante de extração de trabalho não pago (mais-valia) e exigem muitos(as) trabalhadores(as) aglomerados(as) nas linhas de produção, impondo relações de trabalho que resultam em agravos à saúde diretamente relacionados ao processo de trabalho intenso e repetitivo, tais como Lesão por Esforço Repetitivo (LER),

⁸ As cozinhas solidárias foram criadas no contexto da pandemia de covid-19. Se destacam como verdadeiros refúgios de solidariedade, promovendo a distribuição massiva de refeições saudáveis e agroecológicas. Atendem a necessidade básica de alimentação e são agentes de transformação social (MST, 2023).

Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) e transtornos mentais relacionados ao trabalho.

Com as reformas antipovo (trabalhista e da previdência) implementadas pelo governo golpista de Michel Temer se acentuaram a degradação nas relações sociais trabalhistas (trabalho precarizado e condições análogas à escravidão), submetendo os trabalhadores a um conjunto de violências e eliminando os direitos anteriormente conquistados (MST, 2025).

Safatle (2016, p. 139) ressalta que a desregulamentação do trabalho produz insegurança social, sob o discurso da “intensificação do desempenho e das performances exigida pelo ritmo econômico neoliberal”, em um contexto em que o “medo do risco provocado pela insegurança social pode aparecer como covardia moral”.

O MST (2025, p. 36) recorda que no Brasil as relações sociais de trabalho são marcadas por “roubo, expropriação, escravização, dominação de gênero, exploração e manutenção de privilégios. A maioria da população trabalha em condições extremamente degradantes, desiguais e com baixa remuneração”.

Buscando enfrentar esta realidade, o MST luta pela “transformação das relações de trabalho nos territórios de Assentamentos e Acampamentos como ação determinante no enfrentamento à exploração capitalista e às diferentes formas de dominação” (MST, 2025, p. 37).

O quinto elemento apontado pelos(as) educadores(as) diz respeito à *meritocracia*, materializada no comportamento dos(as) sujeitos(as), ao considerarem-se “compradores” e não “Assentados”, na falta de senso crítico, na falta de consciência de classe e na supervalorização do consumismo.

No que diz respeito à falta de consciência de classe, Lírio (2025), também reconhece essa realidade. Em seu relato pontua que trabalhou o tema dos indígenas e que houve muito preconceito, onde alguns estudantes falaram que são povos “preguiçosos, ganham um salário do governo pra viver, têm muita terra”. Além disso, ressalta que houve a defesa por parte deles(as) de “que eles têm condição de produzir e os outros não têm porque eles não querem trabalhar, porque eles não se esforçam”.

Para Díez-Gutiérrez (2015) a meritocracia difunde que as pessoas são plenamente responsáveis por suas escolhas independentemente do seu ambiente econômico,

atribuindo exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade de atingir seus objetivos. Transforma causas externas em responsabilidades individuais e problemas ligados ao sistema em falhas pessoais, culpabilizando as vítimas.

Para Abrantes e Gonçalves (2023, p. 292), a meritocracia “baseia-se na ideia de que o esforço de cada um é o que determinará seu sucesso”. Esta premissa “condiciona valores e comportamentos que direcionam esse excesso de esforço no plano da ação, pelas cargas extensivas de trabalho, pela busca de outras formas de geração de renda”. Trata-se de uma forma de velar a realidade e apresentá-la de forma distorcida, ou seja, de um mecanismo ideológico de alienação das classes para encobrir injustiças e desigualdades sociais, conformando uma aceitação coletiva do *status quo*.

O ideário da meritocracia promove a aporofobia, ao considerar “os pobres” sujeitos(as) fracassados(as), em uma sociedade “guiada pelo mérito e individualismo extremo”, responsabilizando-os por sua condição no sistema meritocrático neoliberal (Silva, 2021).

Logo, “quem fracassa na sociedade neoliberal de desempenho, em vez de questionar a sociedade ou o sistema, considera a si mesmo como responsável e se envergonha por isto” (Han, 2018, p. 16).

A lógica competitiva contradiz a lógica cooperativa, fragmentando “as sociedades e coletividades em micropartículas voltadas a si mesmas”, enfraquecendo e invisibilizando a dimensão coletiva (Abrantes; Gonçalves, 2023, p. 286).

Por fim, o sexto elemento apontado pelos(as) educadores(as) diz respeito ao *conservadorismo*, materializado no negacionismo e nos preconceitos (machismo, racismo, LGBTfobia).

Esse contexto, também é reconhecido pelo(a) educador(a) Lírio:

Aqui dentro o conservadorismo é muito grande, o machismo também. No semestre passado foi proposto trabalhar o tema da LGBTfobia no campo em um projeto de redação, mas a comunidade não aceitou, a Coordenação da escola nem deixou ir pra frente. Porque aqui é muita homofobia, muito machismo, tem também essa questão da religiosidade muito forte [...] da comunidade da minha mãe em 5 quilômetros de estrada têm 4 igrejas, têm uma Adventista, uma Deus é amor, uma Assembleia de Deus e uma Católica [...] Lá no colégio têm 3 igrejas em volta da escola, uma Católica, uma Evangélica e uma Deus é amor [...] E entre os jovens eu vejo muito essa questão do conservadorismo. Você viu que aqui na escola tem uma pintura da bandeira LGBT na parede? aí esses dias um menino do primeiro ano disse que tinha que pintar a escola novamente porque tinha aquela bandeira ali, que era “a coisa mais feia” [...] e vejo que eles usam isso como forma de xingamento, “ah seu gay, seu veado”, isso é muito forte e a gente sabe que vem de casa, que é algo enraizado (Lírio, 2025, grifo nosso).

Para Gondim e Jucá (2023, p. 5) o neoliberalismo constitui “um regime ultraidentitário, tendo em vista que utiliza o modelo familiar branco, burguês, cisheteronormativo e cristão como centro de uma ordem social a ser generalizada”.

No entendimento de Silva (2021, p. 293) o neoliberalismo e o conservadorismo se retroalimentam a partir de “valores cristãos conservadores como ideal de família, grupos contra a legalização das políticas públicas de aborto e contra os direitos para a população LGBTQIA+ e de emancipação das mulheres”. Destaca-se também o negacionismo científico, o combate aos direitos humanos e ao racismo, materializado, por exemplo, contra as cotas em universidades públicas. Conformando uma “psicoesfera neoliberal e neoconservadora”, responsável por “uma massificação do controle do equipamento psíquico dos indivíduos que se traduz em comportamentos sociais cada vez mais dirigidos pelos interesses das classes superiores” (Silva, 2021, p. 291).

Neste sentido, o campo também está impregnado de visões de mundo da sociedade conservadora e reproduz “relações permeadas de contradições identitárias, religiosas, econômicas, geracionais e de diversidade sexual” (Pinheiro, 2022, p. 73).

Para o MST (2025, p. 121) o conservadorismo conforma historicamente a sociedade brasileira e opera sua manutenção estrutural através do Estado, das igrejas, das escolas e da mídia, além das expressões institucionais como no Congresso Nacional com as legislações. De acordo com o Movimento, o conservadorismo pode ser percebido nos corpos e consciências e na disputa de valores no interior dos territórios e comunidades das áreas de Reforma Agrária.

Logo, ressalta a importância de questionar: “onde está presente o conservadorismo em nossa Organização? O que leva o nosso povo a aceitar e defender valores fundamentalistas?”, reconhecendo que se trata de uma questão complexa pois o conservadorismo está enraizado na cultura e integra um projeto de poder que articula capitalismo, patriarcado e racismo (MST, 2025).

Buscando enfrentar esta realidade, o MST, a partir de uma construção coletiva e diária, luta para que as pessoas “possam ter tudo aquilo que necessitam para viver com dignidade, o que também implica na liberdade de ser quem se é e de amar quem quiser, sem sentir medo ou constrangimento, desenvolvendo o máximo das suas potencialidades” (MST, 2025, p. 39).

Neste sentido, aponta para a necessidade de implementar políticas de enfrentamento permanente a todas as formas de violência, combatendo a “discriminação de gênero, de geração, etnia/raça, religião, orientação sexual, identidade de gênero, capacitismo, entre outras”, respeitando a diversidade humana em todas as suas dimensões (MST, 2025, p. 69).

...a nossa Organicidade precisa enfrentar o conservadorismo, o individualismo, nos manter massivos e nos ajudar a ressignificar nossos territórios cultural e socialmente como espaços de cuidado entre os seres humanos e com a natureza (MST, 2025, p. 123).

Trata-se, portanto, do enfrentamento às violências e construção de novas relações sociais, econômicas e culturais emancipadas que “se viabiliza na vivência de espaços de acolhimento, de camaradagem, nas lutas contra o racismo, o machismo, a LGBTI+fobia, mas também pelo acesso aos direitos sociais, à renda, a uma vida digna” (MST, 2025, p. 122).

Considerações finais

Pode-se concluir que a ofensiva neoliberal tenta moldar a forma como o(a) sujeito(a) concebe a si próprio(a) e isto se vincula ao modelo de agricultura, educação e sociedade que ele(a) vai defender, podendo ser àquele que historicamente lhe oprime, o que explica o fato de organizar o território em moldes neoliberais, defender os princípios da meritocracia, apresentar comportamentos conservadores e se recusar a usar os símbolos do Movimento Sem Terra, logo, impacta diretamente no projeto educativo da Educação do/no Campo e do MST, pois são antagônicas à sua concepção de formação, projeto de campo e sociedade.

Esse contexto revela subjetividades capturadas pelo capitalismo, que utiliza como estratégia o cerceamento da potência da vida e do seu caráter revolucionário. Uma vez capturada, a produção de subjetividades passa a se orientar segundo a lógica neoliberal (Soares, 2016).

No entanto, foi possível identificar o reconhecimento crítico por parte dos(as) educadores(as) bem como dos coletivos que constituem o MST em relação à conjuntura que atravessam, os quais vêm buscando enfrentar esta realidade que apresenta questões que complexificam o entendimento sobre o neoliberalismo neste tempo histórico-geográfico, isto é, enquanto um neoliberalismo contemporâneo impregnado pelo

conservadorismo que o retroalimenta. Logo, demarca-se a importância de compreensão coletiva para superar a ofensiva neoliberal nos territórios de Reforma Agrária.

Referências

- ABRANTES, C. G.; GONÇALVES, M. G. M. Meritocracia: uma ideologia em prol do Neoliberalismo. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 279-298, 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2023v32i2p279-298>
- ANDRADE, D. P.; CÔRTEZ, M.; ALMEIDA, S. Neoliberalismo autoritário no Brasil. DOSSIÊ 2, **Caderno CRH**, v. 34, 2021. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44695>
- ARÁOZ, H. M. **El territorio moderno y la geografía (colonial) del capital**: una arqueología mínima. Mem.soc, Colômbia, 2015.
- BALL, S. Gobernanza neoliberal y democracia patológica. In: COLLET, J.; TORT, A. (org.). **La gobernanza escolar democrática**. Madrid: Morata, 2016.
- BITTENCOURT, L. A. Algumas considerações sobre o uso da imagem fotográfica na pesquisa antropológica. In: FELDMAN-BIANCO, B; LEITE, M. L. M. (org.). **Desafios da imagem**: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. São Paulo: Papirus, 1998.
- BRASIL. **Presidente Lula relança PAA como peça-chave para combater a fome e a desnutrição no país**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/presidente-lula-relanca-paa-como-peca-chave-para-combater-a-fome-e-a-desnutricao-no-pais> Acesso em: 23 ago. 2025.
- BRASIL. **Quem nunca passou fome não sabe o que é a capacidade de não aprender”, diz Lula na abertura do 6º Encontro do Pnae**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/quem-nunca-passou-fome-nao-sabe-o-que-e-a-capacidade-de-nao-aprender201d-diz-lula-na-abertura-do-6o-encontro-do-pnae> Acesso em: 23 ago. 2025.
- BROWN, W. **El pueblo sin atributos**: la secreta revolución del neoliberalismo. 2. ed. Barcelona: Malpaso Ediciones, 2017.
- BROWN, W. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. Zazie Edições, 2018. Disponível em: <https://zazie.com.br/produto/wendy-brown/> Acesso em: 23 ago. 2025.
- CALDART, R. S. Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M.; CALDART, R. S. **Por uma Educação Básica do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHÃ, A. M. J. **Agronegócio e indústria cultural**: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO IRACI SALETE STROZAK. **Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak**, Rio Bonito do Iguaçu, 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DÍEZ-GUTIÉRREZ, E. J. La educación de la nueva subjetividad neoliberal. **Revista Iberoamericana de Educación**, 68(2), p. 157–172, 2015.
DOI: <https://doi.org/10.35362/rie682190>

GAGO, V. **La razón neoliberal**: economías barrocas y pragmática popular. 1. ed. Buenos Aires: Tinta Limón, 2014. 320 p. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/wp-content/uploads/2018/01/La-razon-neoliberal.pdf> Acesso em: 23 ago. 2025.

GONDIM, G. C. L. F.; JUCÁ, V. J. S. Identidade no contemporâneo: uma disputa entre movimentos de re-existência e neoliberalismo. **Mental**, Barbacena, v.15, n. 28, 2023.
DOI: <https://doi.org/10.5935/1679-4427.v15n28.0004>

GRINBERG, S. Vivir y estudiar en las villas del sur global: modulaciones gerenciales de las biopolíticas de la vida urbana. **Educación em Revista**, Curitiba, v. 33, n. 66, p. 57-76, out./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53863>

HAGE, S. A. M; SILVA, H. S. A; LIMA, I. M. S.; SOUZA, D. D. L. Políticas de Educação do Campo em um cenário de desmonte das conquistas dos movimentos sociais. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 35, n. 113, p. 188-205, jan./abr. 2022.
DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.35i113.5107>

HAN, B. **Topologia da violência**. Petrópolis: Vozes, 2018.

HECK, F. M.; JÚNIOR, L. N.; RUIZ, R. C.; MENEGON, F. A. Os territórios da degradação do trabalho na Região Sul e o arranjo organizado a partir da COVID-19: a centralidade dos frigoríficos na difusão espacial da doença. **Metodologias e Aprendizado**, v. 3, 2020. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense.
DOI: <https://doi.org/10.21166/metapre.v3i0.1332>

HESS, S. C.; BOMBARDI, L. M.; NODARI, R. O.; SOARES, M. R. MEIRELLES, L. C.; MUA, C.T. B.; AUGUSTO, L. G. S. Agrotóxicos no Brasil: cenários de políticas sinistras. **Revista da ANPEGE**, v. 20, n. 42, 2024.
DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2024.v20i42.18069>

JAKIMIU, C. C. L. J. **Disputas na implementação da contrarreforma do “Novo Ensino Médio” nas Escolas Itinerantes e de Assentamentos do Paraná**: ofensiva neoliberal e resistências. Tese (Doutorado em Geografia). Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025. 335p. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2025.
Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/98427> Acesso em: 18 fev. 2026.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. Tradução: Francisco Roberto Caporal. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.3, n.1. Porto Alegre: Emater, 2002.

LEITE, V. J. **Educação do campo e ensaios da escola do trabalho**: a materialização do trabalho como princípio educativo na escola itinerante do MST Paraná. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/3396> Acesso em: 18 fev. 2026.

LEITE, V. J. **A ofensiva do programa político e educacional do agronegócio na educação pública**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/download/doutorado-a-ofensiva-do-programa-politico-e-educacional-do-agronegocio-na-educacao-publica/> Acesso em: 23 ago. 2025.

LEITE, S. P.; SCHMITT, C. J.; GRISA, C.; SILVA, M. A.; ZIMMERMANN, S.; BARBOSA, Y. Multidimensionalidade e heterogeneidade dos processos de desmonte de políticas públicas: a trajetória recente das políticas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil. In: GOMIDE *et al.* (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016- 2022)**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11959/1/220426_LV_Desmontes_Cap13.pdf Acesso em: 23 ago. 2025.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Ofício n. 001/2021** - Setor de Educação do MST/PR. 2021.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cozinhas Populares**: solidariedade que alimenta corações e estômagos, 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/12/15/cozinhas-populares-solidariedade-que-alimenta-coracoes-e-estomagos/> Acesso em: 23 ago. 2025.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cartilha Programa de Reforma Agrária Popular**, 2025.

PARANÁ. **Resolução 614 - 17 de fevereiro de 2004**. Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=69387&indice=1&totalRegistros=1&dt=10.7.2021.10.49.2.273> Acesso em: 18 fev. 2026.

PINHEIRO, R. **Relações de gênero e diversidade sexual na Educação do Campo**: a experiência da Escola Vinte e Cinco de Maio em Fraiburgo - Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/82494> Acesso em: 23 ago. 2025.

RANGEL, P. E. S. **A indústria da música a serviço do agro**: uma análise sobre o agronejo. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Bacharel em Comunicação Social: Jornalismo, 2024. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/25262> Acesso em: 23 ago. 2025.

RODRIGUES, P. O.; DAROIT, D.; CRUZ, F. N. B. As transformações na rede de atores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a partir do Decreto nº 9.759/2019. **Revista do Serviço Público (RSP)**, v. 75, n. a, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v75ia.10314> Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7991> Acesso em: 23 ago. 2025.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N. S.; DUNKER. **Patologias do social**: arqueologias do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

SANTOS, J. L.; SOUZA, A. M. Capitalismo neoliberal: além da economia. **GeoTextos**, v. 19, n. 1, jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/geo.v0i1.54952>

SAPELLI, M. L. S. Ciclos de formação humana com complexos de estudo nas escolas itinerantes do Paraná. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 140, p.611-629, jul.-set., 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017180548>

SILVA, S. C. Psicoesfera e globalização perversa: até que a dignidade seja costume. In: KAHIL, S. P. (org.) *et al.* **O tamanho do Brasil**: território de quem? São Paulo: Editora Max Limonad, 2021.

SILVA, R. F. O AGRO (NEJO) é POP: A violência invisível do gênero musical mais ouvido do Brasil. **Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul**, 5(1), 2024. DOI: <https://doi.org/10.51359/2675-3472.2024.262033>

SOARES, F. M. A produção de subjetividades no contexto do capitalismo contemporâneo: Guattari e Negri. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 118-126, jan.-abr. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1170>

Recebido em 27/08/2025.

Aceito para publicação em 24/02/2026.